OS ODS EM ÁFRICA, NA LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS

TÂNIA LIBÓRIO

tsliborio@gmail.com

Doutorada em Teoria Jurídico-Política e Relações Internacionais, Universidade de Évora.
Pós-Doutorada em Cooperação Internacional, Universidade de Évora (Portugal).

Resumo

No mundo atual é fundamental refletirmos sobre a problematização dos valores e do papel das ONG's no âmbito da solidariedade e do voluntariado, promovendo assim o desenvolvimento pessoal, social e cultural dos indivíduos e tornando-os parte da cidadania ativa e comprometida neste mundo que tão pouco ainda tem de solidário.

Neste sentido, é importante que todos nós estejamos de "olhos postos" nos movimentos solidários e que sejamos os primeiros intervenientes no sentido de ajudar, defender e cooperar, em diferentes áreas, com outras realidades.

Nesta era global, onde interage a riqueza e a pobreza, transparecendo as suas potencialidades e vulnerabilidades, emerge a convicção de enfrentar essa diversidade pela cooperação em nome da educação e das atitudes que podem transformar. As ONG's desempenham um papel catalisador capaz de promover o desenvolvimento e em cooperação com a consecução dos ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Este artigo tem como objetivo, apresentar as missões realizadas no continente africano, em prol da realização dos ODS estipulados pela ONU; missões estas integradas em projetos, levados a cabo por voluntários de uma ONG portuguesa, a AMI – Assistência Médica Internacional e demonstrar como a sua atuação consegue promover a cooperação e o desenvolvimento sustentável das comunidades nas quais atua, bem como a defesa dos Direitos Humanos.

Não podemos ficar alheios a um movimento solidário global, os voluntários contribuem de modo fundamental para a cooperação e para a ajuda aos países mais necessitados, sendo que, a principal "arma" de desenvolvimento de um país, acreditamos que é a educação pelos Direitos Humanos.

Palavras-chave

ONG's, África, Voluntariado, Direitos Humanos, ODS

Como citar este artigo

Libório, Tânia (2021). Os ODS em África, na luta pelos direitos humanos. Janus.net, e-journal of international relations. Vol12, Nº. 1, Maio-Outubro 2021. Consultado [online] em data da última consulta, <https://doi.org/10.26619/1647-7251.12.1.5>

Artigo recebido em 4 Março 2020 e aceite para publicação em 8 Fevereiro 2021

OS ODS EM ÁFRICA, NA LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS

TÂNIA LIBÓRIO

Introdução

Com o propósito de demonstrar a importância e o impacto que os ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável têm na atuação das ONG's, e especificamente na AMI, através dos seus projetos pelo mundo, iremos analisar a sua importância em África, numa perspetiva de aprendizagens e experiências das comunidades, e em várias vertentes, somos nós, que devemos estar de "olhos postos" nas necessidades e nos pedidos prementes da nossa sociedade, para enfrentarmos o futuro de um modo mais justo e harmonioso e na luta pelos Direitos Humanos.

Os meios de ação das ONG's na defesa das suas causas, são em termos genéricos, as formas através das quais estas tentam, ou persuadir os Estados e as instituições a alterarem os seus comportamentos ou políticas, ou denunciam situações de violações de Direitos Humanos, põem em prática projetos de ajuda humanitária, ou procedem ainda à mediação de negociação pacífica de conflitos, promovendo deste modo, o desenvolvimento do país.

Os desafios dos Direitos Humanos em África

A constelação dos Direitos Humanos vive hoje um momento de turbulência. Esta turbulência revela-se sobretudo com um impasse, em que ficam evidentes os limites dos Direitos Humanos convencionais, uma linguagem de dignidade cuja hegemonia é hoje incontestável (Santos, 2015: 33).

Identificam-se três tensões, que, ao mesmo tempo, são constitutivas da presente turbulência e representam um desafio para uma ressignificação emancipatória dos direitos humanos à luz das epistemologias do Sul. A primeira diz respeito à tensão entre o direito ao desenvolvimento e a incessante devastação ambiental do planeta. A segunda refere-se à tensão entre as aspirações coletivas de povos indígenas, afrodescendentes e camponeses e o individualismo que marca o cânone originário dos direitos humanos. A terceira refere-se à tensão que resulta da inadequação da linguagem de direitos, e em particular dos direitos humanos, para reconhecer a existência de sujeitos não humanos (Rodriguez-Garavito, 2005: 42).

Deste modo, a hegemonia de uma concepção universal de dignidade humana subjacente aos direitos humanos, baseada em pressupostos ocidentais, reduz o mundo ao entendimento que o ocidente tem dele, ignorando ou trivializando deste modo experiências culturais e políticas decisivas em países do sul global. Este é o caso dos movimentos de resistência contra a opressão, marginalização e exclusão que têm vindo a emergir nas últimas décadas e cujas bases ideológicas pouco ou nada têm que ver com as referências culturais e políticas ocidentais dominantes ao longo do século XX (Santos, 2019: 54).

O discurso dos direitos humanos desempenha um papel importante no desafio à ordem do mundo refletida no conceito de “cadeia dos seres” e, apesar de não aparentar, antecipa o discurso da colonialidade. Com a transição, no século XX, dos “Direitos do Homem” para os direitos humanos, pode observar-se mais claramente até que ponto esses direitos constituem um apelo à assimilação do humano e das formações sociopolíticas por parte do ideário ocidental, assim como substitutos de uma efetiva descolonização. “Os Direitos do Homem” proclamados até finais do século XVIII podem ser entendidos como fazendo parte de uma revolta contra a monarquia hereditária, a nobreza e as hierarquias medievais (Wallerstein, 1991: 95).

Deste modo, numa situação em que os direitos, o Estado de direito e a democracia são apresentados como o bem supremo, um valor humano universal, uma panaceia para todos os males em África, é importante recordar que não só a doença, mas também o medicamento disponível são histórica e socialmente determinados. A natureza não colocou como condição original, por um lado, o Norte civilizado, desenvolvido, rico e poderoso e, por outro, o Sul atrasado, subdesenvolvido, pobre e impotente.

Esta condição foi criada historicamente através da aplicação de violência “universal”. Por sua vez, a violência, a força e a dominação foram legitimadas e racionalizadas através de camadas, histórica e socialmente determinadas, das linguagens da religião, da raça, da cultura, da etnicidade, entre outras, tendo todas elas, em momentos diferentes, alegado a sua superioridade e a sua universalidade, tal como a ideologia dos direitos humanos o faz hoje (Shivji, 1989: 23).

Os direitos humanos não são atributos absolutos inerentes a todos os seres humanos, como condição original, para serem descobertos com o progresso e a civilização, neste caso, presumivelmente, a civilização ocidental, cristã e europeia, são isso sim, um produto de circunstâncias históricas e de lutas sociais (Shivji, 1989: 24).

É verdade que na maior parte do mundo afro-asiático, antes de pegar em armas, os povos colonizadores sentiram espontaneamente a necessidade de “purgar” a sua consciência da inferioridade racial inventada e inculcada pelos senhores coloniais. Esta necessidade assumiu variadas formas ideológicas em diferentes situações concretas, mas no fim de contas tratou-se de uma reconstrução da ideologia racial dominante para produzir “ideologias de resistência” (Gibbon, 1992: 93).

Assim, durante as duas primeiras décadas de independência em África, o discurso dos direitos humanos evoluiu com um contraponto ao discurso desenvolvimentista. As variantes dominantes deste último assentavam numa das várias teorias de desenvolvimento social. Em África, nas duas primeiras décadas do período pós-independência assistiu-se a um debate intenso entre duas escolas de pensamento, a da modernização e a do subdesenvolvimento/dependência (Hettne, 1990: 49).

Do lado dos direitos humanos, assistiu-se ao evoluir de paradigmas como o da indivisibilidade dos direitos humanos, o das necessidades fundamentais como um todo. Foi neste contexto que, o discurso dos direitos humanos fez a sua entrada forçada em cena no palco africano, no final da década de 1970 (Gibbon, 1992: 95).

O impacte da Intervenção humanitária no mundo

No início do século XXI, a tensão entre a afirmação de uma humanidade comum como protagonista dos direitos humanos e a recorrente criação de novas discriminações e exclusões que negam essa pertença comum à humanidade, continua a marcar os debates em torno das conceções da dignidade humana e do que significa ser humano, reiterando, em diferentes versões, o problema de como afirmar, simultaneamente, a igualdade e o reconhecimento da diferença (Santos, 2004: 45).

Na cosmovisão europeia em que se funda a formulação dos direitos humanos, no século XVIII, os homens nascem livres e iguais. O ser humano autónomo e dotado de razão é reconhecido como o sujeito desses direitos. Mas esta conceção é marcada, desde a sua origem, pelas exclusões de uma parte da humanidade dessa condição de sujeitos de direitos. Às mulheres, às crianças, aos escravos, aos povos colonizados, àqueles que são declarados como privados da capacidade para a autonomia e razão, essa igualdade criada pelo nascimento foi negada ou condicionada. O século XX trouxe o reconhecimento da humanidade de muitas das pessoas, grupos ou comunidades excluídas, e chegou mesmo a suscitar a discussão sobre a ampliação dos direitos humanos a entidades não-humanas.

As violações dos direitos humanos e da dignidade humana passam a ser expressas como ameaças à vida ou à integridade dos corpos sujeitos a violência ou sofrimento desnecessários. A resposta é a intervenção destinada a salvar vidas e aliviar o sofrimento, suspendendo a referência às diferenças e desigualdades, para tratar cada ser humano como um ser vulnerável ao sofrimento, ameaçado pela violência, seja ela decorrente da ação humana ou de desastres imputados à natureza (Santos, 2019: 68, 69).

A humanidade enquanto espécie, aparece exposta a formas de sofrimento que exigem resposta pela intervenção em situações em que a vida ou a integridade física de seres humanos se encontra em perigo iminente. A intervenção humanitária, exige escolhas entre o sofrimento, que, em determinado momento, merece uma resposta e aquele que é excluído dessa resposta (James, 2010: 23).

A humanidade que “não foi feita para sofrer” inclui, de facto, várias humanidades, diferentes na definição do que conta como sofrimento que merece intervenção urgente. Assim, “a capacidade de sofrer é, claramente, uma parte do que é ser humano. Mas nem todo o sofrimento é equivalente” (Farmer, 2005: 91). E nem todas as vidas, confrontadas com o sofrimento, são tratadas com a mesma dignidade e reconhecimento, mesmo na morte (Butler, 2010: 32).

O humanitarismo, inspirado inicialmente pela Criação da Cruz Vermelha, no século XIX, assumiu um novo perfil e uma nova face a partir da década de 1970, através de uma posição que postulava passar por cima do respeito pela soberania dos Estados para responder a crises reconhecíveis pela ameaça à vida e à integridade física de populações ou grupos humanos, que exigiriam alguma forma de intervenção orientada para o alívio

do sofrimento e para a necessidade de salvar vidas em perigo. Alguns dos protagonistas desse novo humanitarismo, viriam a propor a ideia de um “direito de ingerência”, implicando ir muito além da assistência humanitária baseada numa estrita neutralidade em relação às partes envolvidas nas situações em causa, e problematizando, um dos mais antigos e problemáticos princípios em que assentava o humanitarismo (Fassin, 2010: 281).

Um olhar mais próximo sobre a prática da intervenção humanitária mostra que, além das suas diferenças em relação a ações explicitamente orientadas para a denúncia de violações dos direitos humanos, o humanitarismo atua em nome da defesa da “dignidade” (Redfield, 2013: 22).

O objetivo já não é a defesa em geral dos direitos humanos ou a tentativa de contribuir para melhorar a condição humana em situações que ofendem a dignidade humana, mas aliviar o sofrimento onde e quando este ocorrer, assim como salvar vidas, através de intervenções de emergência.

O humanitarismo e as suas políticas, encontram assim a legitimação de uma forma de intervenção que não demorou em abrir crises e tensões, que persistem no seio de algumas das organizações que, com inegável coragem, generosidade e abnegação, procuram dar resposta às existências precárias de seres humanos que, enquanto pessoas e coletivamente, são vítimas de formas extremas de opressão e violência (Ticktin, 2011: 17).

Os desafios dos ODS

Para criar um mundo mais sustentável e para se envolverem com questões relacionadas com a sustentabilidade, e com os ODS, os indivíduos devem tornar-se agentes de mudança para a sustentabilidade. Eles precisam de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes que lhes permitam contribuir para o desenvolvimento sustentável. A educação é, portanto, crucial para a consecução deste desenvolvimento (UNESCO, 2017: 67).

Os 17 ODS e as 169 metas demonstram a escala e a ambição desta nova Agenda Universal, construindo-se sobre o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio e concluirão o que estes não conseguiram alcançar. Eles buscam concretizar os Direitos Humanos de todos e alcançar a igualdade de género e o empoderamento das mulheres e meninas, e são integrados e indivisíveis, equilibrando as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a económica, a social e a ambiental.

Nunca, antes, os líderes mundiais se comprometeram a uma ação comum e uma agenda política tão ampla e universal. Estão a criar juntos um caminho rumo ao desenvolvimento sustentável, dedicando-se coletivamente à busca do desenvolvimento global e da cooperação vantajosa para todos, que podem trazer enormes ganhos para todos os países e todas as partes do mundo. Cada país enfrenta desafios específicos em busca do desenvolvimento sustentável.

Hoje, também, a decisão reverte-se de maior importância histórica, ao construir um futuro que possa representar uma significativa melhoria para todas as pessoas, incluindo às quais foi negada a hipótese de alcançar o seu pleno potencial humano. Nós podemos ser a primeira geração a ter sucesso em acabar com a pobreza; assim como também a

última a ter uma hipótese de salvar o planeta. O mundo poderá ser um lugar melhor em 2030 se alcançarmos os nossos objetivos (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Para os objetivos serem alcançados, todos precisam de fazer a sua parte: governos, setor privado, sociedade civil e todos os seres humanos em todo o mundo. Espera-se que os governos assumam a responsabilidade e estabeleçam marcos, políticas e medidas nacionais para a implementação da Agenda 2030. Uma característica fundamental da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é a sua universalidade e indivisibilidade (UNESCO, 2017: 10).

A importância do Desenvolvimento Sustentável foi reconhecida nas três cúpulas influentes de desenvolvimento sustentável global: a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 (UN Conference on Environment and Development – UNCED), no Rio de Janeiro; a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de 2002 (World Summit on Sustainable Development – WSSD), em Joanesburgo, África do Sul; e a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável de 2012 (UN Conference on Sustainable Development – UNCSD), também no Rio de Janeiro, Brasil (UNESCO, 2017: 11).

À medida que as sociedades ao redor do mundo se esforçam para acompanhar o ritmo dos avanços da tecnologia e da globalização, elas deparam-se com muitos desafios novos (Wals, 2015: 43). Para que todos possam atuar em favor dos ODS, todas as instituições de educação devem considerar como sua responsabilidade trabalhar intensamente com questões de desenvolvimento sustentável, promover o desenvolvimento de competências de sustentabilidade e desenvolver os resultados de aprendizagem específicos relacionados a todos os ODS (UNESCO, 2017: 54).

Nas palavras de Ban Ki-Moon, “os 17 ODS são a nossa visão comum para a Humanidade e um contrato social entre os líderes mundiais e os povos” (ONU, 2017: 5).

Deste modo, passamos a apresentar os ODS:

ODS 1: Erradicar a pobreza em todas as suas dimensões, em todos os lugares, a cooperação para o desenvolvimento com países terceiros, vetor chave da política externa portuguesa, assenta num consenso alargado entre as forças políticas e a sociedade civil, tendo como objetivo a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável dos países parceiros, no respeito pelos Direitos Humanos. Em particular, destacam-se os Programas Estratégicos de Cooperação com Timor-Leste, Cabo Verde, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, que privilegiam a capacitação institucional nas áreas da proteção social, emprego, formação profissional e inclusão social, e o apoio a projetos de luta contra a pobreza, promovendo a igualdade de acesso aos serviços básicos nos países parceiros (ONU, 2017: 13-15).

ODS 2: erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável, ao nível da cooperação internacional, tem vindo a ser reforçada a cooperação transfronteiriça (ONU, 2017: 16).

ODS 3: garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades, no âmbito da cooperação internacional, a lei prevê ainda que cidadãos oriundos dos PALOP se desloquem para tratamento médico em Portugal ao abrigo de acordos de cooperação no domínio da saúde (ONU, 2017: 18).

ODS 4: garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, e relativamente à cooperação com países parceiros, Portugal tem sido motor para o desenvolvimento de ações no seio da CPLP, tendo apoiado outros países no desenvolvimento dos seus sistemas educativos. Destas, destacam-se: o alargamento das escolas portuguesas em Macau, Timor-Leste, Angola e Moçambique; a abertura de uma escola em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe (ONU, 2017: 19).

ODS 5: Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas, Portugal tem sido motor para o desenvolvimento de medidas e ações no âmbito da não discriminação e igualdade de género no seio da CPLP, promovendo a elaboração de planos de ação para a sua implementação (ONU, 2017: 20).

ODS 6: Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos, Portugal tem vindo a partilhar a sua experiência e conhecimento nesta matéria com os países em desenvolvimento, apoiado por recursos financeiros próprios ou mobilizados ao nível internacional e envolvendo setor público e privado e a sociedade civil (ONU, 2017: 21).

ODS 7: Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e limpas para todos, e na cooperação com países parceiros, destacam-se as políticas públicas do setor energético, nomeadamente: com Cabo Verde, com Moçambique, e com Timor-Leste. Realça-se, igualmente, o apoio prestado a atores da sociedade civil, em particular ONGD, no desenvolvimento de tecnologias e boas práticas, nomeadamente na Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, procurando apoiar as populações a tirar partido destas novas tecnologias (ONU, 2017: 22).

ODS 8: Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos, Portugal é signatário de diversos Memorandos de Cooperação com Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, tendo por objetivo a promoção da estabilidade macroeconómica e financeira nos referidos países, bem como o fomento das suas relações económicas e financeiras, ou através da implementação do Plano de Ação para a Promoção da Igualdade e Equidade de Género na CPLP (ONU, 2017: 23-24).

ODS 9: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação, Portugal tem promovido o apoio ao desenvolvimento de infraestruturas sustentáveis e resilientes, destacando-se: em Moçambique, em Cabo Verde e em Angola (ONU, 2017: 25).

ODS 10: Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países, a política de cooperação portuguesa traduz a vontade nacional de participar no desenvolvimento dos países terceiros, visando o respeito pelos Direitos Humanos, pela democracia e pelo Estado de direito. Portugal procura apoiar os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste, através da promoção da proteção social, inclusão social e emprego (ONU, 2017: 26).

ODS 11: Tornar as cidades e comunidades inclusivas, resilientes e sustentáveis, é de referir a Campanha Cidades Resilientes das Nações Unidas, que promove a implementação de medidas de redução de catástrofes por parte das autoridades locais como um dos seus princípios orientadores (ONU, 2017: 28).

ODS 12: Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis, com as seguintes orientações: desenvolver a economia circular, com enfoque na desmaterialização, economia colaborativa e consumo sustentável, conceção de produtos, uso eficiente e valorização de recursos; alterar os modelos de produção e consumo: menos recursos, mais eficiência e menos impactos ambientais; aumentar as taxas de recolha, reciclagem e valorização globais e setoriais para os diferentes materiais constituintes dos resíduos; promover práticas de compras públicas ecológicas e sustentáveis; garantir o acesso à informação, participação do público na tomada de decisão e acesso à Justiça em matéria de Ambiente; promover comportamentos mais sustentáveis do ponto de vista ambiental, através da fiscalidade verde (ONU, 2017: 29).

ODS 13: Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos, é de referir a recente apresentação por países desenvolvidos de um plano para alavancar financiamento público e privado para o clima, trabalho ao qual Portugal se associou e, neste contexto se comprometeu a prosseguir o desenvolvimento de parcerias, em particular com os PALOP (ONU, 2017: 32).

ODS 14: Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável, as orientações são: prevenir e reduzir a poluição e lixo marinhos; limitar o impacto da pesca no meio marinho e adaptar a pesca à proteção das espécies; promover a proteção, restauração e gestão sustentável dos ecossistemas marinhos e costeiros e da biodiversidade marinha; fomentar o desenvolvimento local das comunidades costeiras; promover o ordenamento do espaço marítimo e a criação de áreas marinhas protegidas nos espaços marítimos sob jurisdição nacional; potenciar as áreas de investigação e fiscalização de natureza tributária, fiscal e aduaneira; aprofundar a política de vigilância marítima; aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de investigação e transferir tecnologia marinha (ONU, 2017: 36).

ODS 15: Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade, no plano internacional, note-se a participação ativa de Portugal na Convenção de Berna sobre a Vida Selvagem e os Habitats Naturais na Europa, na Convenção de Bonn sobre Espécies Migradoras da Fauna Selvagem, na Convenção de Ramsar sobre as Zonas Húmidas com interesse internacional para as aves aquáticas e na Convenção de Washington sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção (ONU, 2017: 72).

ODS 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis, a nível da lusofonia, no âmbito da CPLP e da cooperação com os PALOP, contribuindo para que as instituições militares dos países parceiros sejam de forma crescente e sustentada, produtores de segurança e indutores de desenvolvimento, e que contribuam para reforço da segurança e autoridade do Estado (ONU, 2017: 76-80).

ODS 17: Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável e no sentido de reforçar a qualidade da sua ação externa no âmbito da cooperação internacional e para o desenvolvimento sustentável, de entre os quais se destacam: desvinculação de abordagens assistencialistas, investindo-se na

capacitação institucional e humana, com vista a facilitar a mobilização de investimento e comércio e promover a sustentabilidade; transição para uma lógica de cofinanciamento nacional, europeu e internacional, público e privado, através do recurso a novas e diversas fontes de financiamento, algumas das quais baseadas em mecanismos inovadores, e envolvimento dos agentes económicos, do mundo académico e da sociedade civil (ONU, 2017: 81-85).

A concretização dos ODS no continente africano

Tomando como ponto de partida a ONG portuguesa AMI e o seu projeto, “ODS em Ação”, pretende-se contribuir para uma sociedade mais informada e ativa na promoção do desenvolvimento sustentável e no respeito pelos Direitos Humanos. Disseminar os ODS junto dos jovens portugueses, consciencializá-los para os desafios da cooperação para o desenvolvimento e da ação humanitária e promover uma cidadania ativa, através do estímulo para o voluntariado, com a divulgação de oportunidades de voluntariado nas respetivas regiões.

Para tal, consideramos os seguintes países: São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau, no sentido de representar exemplos concretos de desenvolvimento de projetos nos PALOP, nos quais as atividades e missões são desenvolvidas com o objetivo de cumprir cada um dos ODS. Consideramos ainda outros países africanos, nomeadamente, Senegal, Camarões, Madagáscar, Uganda, Costa do Marfim, Zimbabué, Níger e Gana, que a nível de projetos em curso, no que diz respeito à consecução dos ODS, são representativos do esforço que tem vindo a ser desenvolvido, no sentido de colocar em prática os ODS, na defesa pelos Direitos Humanos.

Deste modo, na Guiné-Bissau, o Projeto: “Rádio Comunitária de Bolama”, que se refere a colocar em prática o ODS 10, tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento de uma comunidade mais informada e sensibilizada através de um meio de comunicação de massas, ao serviço do desenvolvimento local e inclusivo na Região de Bolama. Em Bolama não existe um meio de comunicação social de proximidade e direcionado para uma população eminentemente rural e pouco alfabetizada, o que coloca limitações de vária ordem, com consequências negativas sobre as aspirações e expetativas dessas populações. Com este projeto pretende-se contribuir para eliminar esta carência e lançar as bases para uma participação e cidadania ativas dos residentes nas ações e tomada de decisões que interferem com a sua vida e das suas comunidades. Uma vez instalada e funcional, a rádio será um meio de comunicação capaz de informar e formar com razoável eficácia a comunidade local (AMI, 2017).

Outro projeto, que coloca em prática o ODS 4, é referente à Construção da Escola de Gã-Bacar. Este projeto pretende apoiar a construção de um edifício destinado às aulas do Pré-Escolar e Ensino Básico (AMI, 2017).

Desde o ano de 2000, a AMI encontra-se na Região Sanitária de Bolama, assumindo-se como um ator impulsionador do desenvolvimento, através da implementação de projetos, estabelecimento de parcerias com associações locais e também pela dinamização de Aventuras Solidárias nesta região. Assim, pretende-se contribuir para a melhoria do ensino na tabanca de Gã-Bacar, beneficiando diretamente 138 alunos e 8 professores.

Em São Tomé e Príncipe, o projeto que põe em prática os ODS 2 e 8, intitula-se: “Porto de Partida – São Tomé e Príncipe”, e tem como objetivo: a redução da pobreza através da melhoria das condições higiénico-sanitárias, promoção da literacia em saúde e saneamento do meio e intervenções de desenvolvimento local.

Caué é o distrito mais pobre de São Tomé, com frágil tecido económico, baixos rendimentos e iliteracia, conducentes a uma economia de subsistência e à criação animal arbitrária e desenvolvida informalmente. O projeto visa sensibilizar a população para os malefícios da atual situação de criação animal; construção de infraestruturas para acolher animais e proceder ao seu abate em condições de higiene adequadas; desenvolver atividades de cariz social que permitam combater situações de pobreza extrema no distrito, através da criação de um negócio gerador de rendimento que as sustente (AMI, 2015).

No Senegal, o “Projeto de Luta Contra a Insegurança Alimentar”, coloca em prática os ODS 1, 2, 10, 17, e pretende melhorar a produtividade das Explorações Familiares de três comunidades do Departamento de Bambey, facilitando o acesso a fatores de produção, promovendo práticas agro-ecológicas e a valorização da produção; contribuir para a melhoria da segurança alimentar de 100 explorações familiares. Nesta zona, os solos são pobres e houve um declínio da produção agrícola e da segurança alimentar, contribuindo para o aumento da migração de jovens e mulheres.

As famílias vivem, maioritariamente, em situação de insegurança alimentar. A produção não cobre as necessidades alimentares, os rendimentos baixaram e as necessidades de saúde e educação das crianças não são totalmente cobertas. Com este projeto pretende-se que as explorações familiares tenham acesso aos fatores de produção e implementem práticas agro-ecológicas e que a produção local seja valorizada e os resultados da mesma sejam seguidos, capitalizados e disseminados (AMI, 2017).

Outro Projeto neste país, é a “Promoção da saúde sexual e reprodutiva das mulheres e jovens do meio rural”, que consiste na educação e sensibilização das mulheres e jovens que vivem nas zonas rurais de Thiès e de Diourbel, para as problemáticas das doenças sexualmente transmissíveis.

De forma a contribuir para a redução dos 6800 novos casos de cancro de colo do útero, que todos os anos são diagnosticados no Senegal, este projeto levou a cabo uma série de ações de sensibilização nas várias comunidades. Com este projeto foram colocados em desenvolvimento os ODS 3 e 5 (AMI, 2017).

Em Camarões, o Projeto: “Capacitação de 50 crianças noivas”, põe em prática os ODS 1, 4, 5 e 8, e pretende contribuir para a redução da vulnerabilidade e dependências das jovens e crianças em risco e em casamentos forçados nas comunidades rurais. Através deste projeto pretende-se promover o empoderamento e melhoria dos acessos a oportunidades que permitam aumentar as perspetivas de vida das jovens em casamentos precoces ou crianças em risco, bem como a consciencialização e, possivelmente, reverter os desafios associados à problemática dos casamentos precoces com crianças na comunidade.

Para além da possibilidade de proporcionar cursos vocacionais em áreas chave, a iniciativa contempla também o pagamento de propinas das meninas que ainda se encontrem a frequentar a escola. Outro dos eixos estratégicos deste projeto é o de

sensibilizar a comunidade, nomeadamente líderes comunitários e religiosos para esta problemática, através, não só de sessões de sensibilização, mas também de programas de rádio e da realização de um documentário com testemunhos das vítimas (AMI, 2019).

Em Madagáscar, o Projeto: “Pediatria em Madagáscar”, põe em prática o ODS 3, e é entendido como um reforço do serviço de pediatria e formação do pessoal no centro de saúde. No âmbito do programa PIPO (Projetos Internacionais em Parceria com Organizações Locais), através do qual a AMI apoia e financia projetos de organizações locais, em diversos sectores como saúde, educação, segurança alimentar e associativismo, foi estabelecida uma nova parceria com uma Organização local, para a melhoria técnica do serviço de saúde infantil (AMI, 2019).

Madagáscar é um país com uma elevada taxa de incidência de pobreza, sendo bastante afetado pelas alterações climáticas. Na região, a situação de extrema pobreza adicionada às condições socio ambientais favorece a presença de doenças como a tuberculose e outras doenças pulmonares, malária, parasitoses intestinais e dermatológicas, doenças gastrointestinais e oculares, odontológicas e otorrinolaringológicas. Verifica-se também na região elevadas taxas de desnutrição infantil, seja aguda ou crónica.

Com este projeto em particular, a AMI está a contribuir ativamente para a Agenda 2030, não apenas através do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 – Saúde de Qualidade, mas também através do ODS 17 – Parcerias para a Implementação dos Objetivos (AMI, 2019).

Outro Projeto neste país, é: “Instalação de um sistema de gás cirúrgico no bloco operatório do Centro Sanitário de St. Paul D’Ampefy-Andasibe”, que tem como objetivo colocar em prática os ODS 3, 8 e 9, e põe em prática a instalação de um sistema de gás cirúrgico no bloco operatório (AMI, 2019).

No Uganda, o Projeto: “Talk2Me – Sensibilização e Promoção de Boas Práticas de Saúde Sexual e Reprodutiva nos Campos de Refugiados do Uganda”, é um projeto de Ação Humanitária que prevê melhorar as condições de vida da população refugiada no norte do Uganda, colocando em prática os ODS 3 e 5.

Com intervenção no Uganda, a AMI detetou a necessidade de apoiar o trabalho de acolhimento de refugiados que é feito no país. Ocupando a posição dianteira como país que mais recebe refugiados no continente africano e o terceiro no mundo. Perante os números crescentes e as condições de fragilidade das comunidades que acolhem estes refugiados, existem algumas limitações na prestação de apoio social e no acesso aos Cuidados de Saúde Primários. Foi por isso decidido desenvolver um projeto de sensibilização e promoção de boas práticas de Saúde Sexual e Reprodutiva nos campos de refugiados (AMI, 2019).

Outro Projeto neste país, intitula-se como: “Melhorar a gestão da higiene menstrual nas zonas rurais do Uganda”, e trata-se da sensibilização e disseminação de soluções sustentáveis para uma melhor gestão da higiene menstrual das jovens adolescentes ugandesas, em idade escolar, quebrando tabus e fomentando a igualdade de oportunidades no acesso à educação para todos os jovens independentemente do género.

Para o efeito, são fabricados e distribuídos “kits menstruais” nas escolas, tornando disponíveis soluções sustentáveis e sensibilizando as jovens adolescentes desta região,

para a importância da sua higiene menstrual. Assim, são também desmistificados fenómenos associados à menstruação, de forma a que as jovens não percam dias de escola por estarem menstruadas (AMI, 2018).

Na Costa do Marfim, o Projeto: “Construção de duas Cantinas em Kaloufa e Gokoupleu”, pretende colocar em prática os ODS 1, 2 e 3, com o objetivo de dar apoio para a construção de duas cantinas escolares, pois nas zonas rurais, é significativo o abandono escolar por falta de capacidade financeira das famílias, para assegurarem a alimentação dos seus educandos (AMI, 2018).

No Zimbabué, o Projeto: “Melhoria dos meios de subsistência e das condições de vida de pessoas com deficiência”, coloca em prática o ODS 1, e tem como objetivo a capacitação e melhoria das condições socioeconómicas dos agregados familiares de elementos portadores de deficiência. Este grupo mostra-se particularmente vulnerável, sujeito a diversos fatores de exclusão social, abuso e negligência, com dificuldade de integração no mercado de trabalho, sendo conduzidos frequentemente a situações de extrema pobreza (AMI, 2018).

Em Níger, o Projeto: “Apoio ao desenvolvimento socioeconómico das populações da aldeia de Gountikouira, na região de Tillabéry”, pretende a criação de um furo, construção de uma escola e compra de terras para fins agrícolas. O projeto, que põe em prática o ODS 1, pretende erradicar as dificuldades da população, que vive com situações de desrespeito dos seus direitos enquanto cidadãos (AMI, 2018).

No Gana, o Projeto: “Continuidade da aquisição de competências pela população de Cape Coast”, pretende ajudar os meninos de rua e providenciar oportunidades de reintegração na sociedade através da formação em futebol, costura e música, colocando assim em prática, os ODS 1 e 4 (AMI, 2016).

Todos estes projetos atuantes em nome da concretização dos ODS, têm por base a luta pela defesa dos Direitos Humanos, em todas as suas vertentes, adaptando-se às necessidades mais prementes das populações, tornando o mundo mais justo e mais harmonioso.

Conclusão

Os Direitos Humanos, considerados como direitos universais, podem ser concebidos e praticados de um modo globalizado, sendo sempre vistos como um instrumento do Ocidente, para o resto do mundo; embora seja sabido que os direitos humanos não são universais na sua aplicação.

O conceito de direitos humanos assenta num bem conhecido conjunto de pressupostos, tipicamente ocidentais: existe uma natureza humana universal que pode ser conhecida racionalmente; a natureza humana é essencialmente diferente e superior à restante realidade; o indivíduo possui uma dignidade absoluta e irredutível que tem de ser defendida da sociedade ou do Estado.

Na luta pela defesa e promoção da dignidade humana, os direitos humanos colocam em prática uma entrega moral, afetiva e emocional muito característica das ONG's, e que só é possível a partir de postulados inscritos na personalidade e nas formas básicas de socialização.

Atualmente, o discurso dos direitos humanos concentra-se à volta do ajustamento, por oposição ao desenvolvimento, que se pretende demonstrar através de projetos e programas com o objetivo de atenuar a pobreza, as desigualdades sociais e as injustiças sociais no mundo. Mas, apesar de todos estes esforços, os problemas e as questões fundamentais da vasta maioria dos povos e classes africanos não desapareceram.

São estes projetos concebidos através dos ODS, que permitirão levar ao desenvolvimento dos países mais carenciados e que permitirão que os Direitos Humanos sejam uma realidade em todo o mundo.

Referências

- Butler, Judith, (2010). *Precarious Life: The Powers of Mourning and Violence*. Londres: Verso.
- Farmer, Paul, (2003). *Pathologies of Power: Health, Human Rights, and the New War on the Poor*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Fassin, Didier (2010). "Heart of Humaneness: The moral economy of Humanitarian Intervention", in Didier Fassin e Mariella Pandolfi (orgs.), *Contemporary States of Emergency. The Politics of Military and Humanitarian Interventions*. Nova Iorque: Zone Books.
- Gibbon, Peter (1992). "The World Bank and African Poverty", *Journal of Modern African Studies*, 30 (2).
- Hettne, Bjorn (1990). *Development Theory and the Three Worlds*. Londres: Longman.
- James, Erica Capla, (2010). *Democratic Insecurities: Violence, Trauma, and Intervention in Haiti*. Berkeley, CA: University of California Press.
- NAÇÕES UNIDAS (1945). *Carta das Nações Unidas*.
- ONU, (2017). *Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. julho, Nova Iorque.
- Redfield, Peter (2013). *Life in Crisis: The Ethical Journey of Doctors without Borders*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Rodriguez-Garavito, (2015). *Human Rights. Conflicts and Social Justice in the global south*. Bogotá: Dejusticia.
- Santos, Boaventura de Sousa, (2004). *Reconhecer para Libertar*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa, (2015). *If God were a human rights activist*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Santos, Boaventura de Sousa, (2016). *Epistemologies of the South: justice against epistemicide*. Nova Iorque: Routledge.
- Santos, Boaventura de Sousa, (2019). *O Pluriverso dos Direitos Humanos – a Diversidade das Lutas pela Dignidade*. Edições 70, Lisboa.
- Shivji, Issa (1989). *The Concept of Human Rights in Africa*. Dacar: Codesria.

Ticktin, Miriam, (2011). *Casualties of Care. Immigration and the Politics of Humanitarianism in France*. Berkeley, CA: University of California Press.

Torres, Nelson (2015). "Transdisciplinarietà y decolonialidad", Quaderna, 3.

UNESCO, (2017). *Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Objetivos de Aprendizagem*. Educação 2030, Unesco.

Wallerstein, Immanuel (1991). *Unthinking Social Science: The Limits of Nineteenth-Century Paradigms*. Cambridge: Polity Press.

Wals, Argen, (2015). The UN Decade of Education for Sustainable Development: Business as Usual in the End. Education Research.

Pesquisas efetuadas na internet

AMI Missões ODS em Ação. <https://ami.org.pt/missao/capacitacao-de-50-criancas-noivas/> (acessado em 11 de dezembro de 2019).

AMI Missões ODS em Ação. <https://ami.org.pt/missao/radio-comunitaria-de-bolama/> (acessado em 11 de dezembro de 2019).

AMI Missões ODS em Ação. <https://ami.org.pt/missao/porto-de-partida-sao-tome-principe/> (acessado em 11 de dezembro de 2019).

AMI Missões ODS em Ação. <https://ami.org.pt/missao/projeto-de-luta-contra-a-inseguranca-alimentar-plcia/> (acessado em 11 de dezembro de 2019).

AMI Missões ODS em Ação. <https://ami.org.pt/missao/promocao-da-saude-sexual-reprodutiva-das-mulheres-jovens-do-meio-rural/> (acessado em 12 de dezembro de 2019).

AMI Missões ODS em Ação. <https://ami.org.pt/missao/pediatria-em-madagascar/> (acessado em 12 de dezembro de 2019).

AMI Missões ODS em Ação. <https://ami.org.pt/missao/talk2me-sensibilizacao-e-promocao-de-boas-praticas-de-saude-sexual-e-reprodutiva-nos-campos-de-refugiados-do-uganda/> (acessado em 12 de dezembro de 2019).

AMI Missões ODS em Ação. <https://ami.org.pt/missao/melhorar-gestao-da-higiene-menstrual-nas-zonas-rurais-do-uganda/> (acessado em 13 de dezembro de 2019).

AMI Missões ODS em Ação. <https://ami.org.pt/missao/construcao-de-duas-cantinas-em-kaloufa-e-gokoupleu-costa-do-marfim/> (acessado em 14 de dezembro de 2019).

AMI Missões ODS em Ação. <https://ami.org.pt/missao/empoderamento-pessoas-deficiencia-atraves-da-capacitacao-inclusao-social/> (acessado em 14 de dezembro de 2019).

AMI Missões ODS em Ação. <https://ami.org.pt/missao/apoio-ao-desenvolvimento-socioeconomico-das-populacoes-da-aldeia-de-gountikoira-na-regiao-de-tillabery-niger/> (acessado em 14 de dezembro de 2019).

AMI Missões ODS em Ação. <https://ami.org.pt/missao/aquisicao-competencias-pelos-jovens-cape-coast/> (acessado em 14 de dezembro de 2019).